



UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE UMA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Cleudiana Lima da Cunha ¹

RESUMO

Parte do princípio de que a efetivação da Educação Inclusiva não se restringe apenas à matrícula do aluno com necessidades especiais em escola ou turma regular como um espaço de convivência para desenvolver apenas sua socialização. A inclusão escolar abrange a todos os alunos, e só é significativa se proporcionar o ingresso e permanência com aproveitamento acadêmico. Esta pesquisa tem como objetivo analisar o papel do professor frente à criança com TEA e investigar o uso de estratégias educativas adaptadas como meio facilitador de aprendizagem. A metodologia utilizada é bibliográfica e de campo, de natureza qualitativa e para a coleta de dados utilizamos uma entrevista semiestruturada com 01 professora e uma auxiliar que têm em sua sala de aula alunos com TEA, em uma sala de 1ª ano da rede particular do município de Tianguá-CE. Os resultados apontaram que, quando o docente faz uso de estratégias educativas com intencionalidade, ele proporcionará de fato aos seus alunos com TEA um maior avanço nas habilidades educacionais.

Palavras-chave: Inclusão, Autismo, Estratégias educativas

INTRODUÇÃO

O presente estudo visa investigar como acontece o trabalho do professor no contexto escolar, com as crianças com espectro autista.

Sabe-se que a criança com espectro autista, vive em seu ambiente particular, não gosta de mudanças, prefere rotinas, possui dificuldade de interagir com outras crianças, segundo Wehmuth e Antoniuk (2013, p.26),

[...] O autismo foi descrito classicamente como doença da década de 40, por dois autores em diferentes locais do mundo, Kanner e Asperger, que descreveram séries de pacientes com as características do autismo clássico que conhecemos hoje. O autismo passou a fazer parte do DSM a partir da década de 80,

¹ Graduada do Curso de **Pedagogia** da Universidade Vale do Acaraú – CE/ Especialista em Psicopedagogia Clínica, Institucional e Hospitalar pela Universidade Vale do Jaguaribe – UVJ/ Mestranda em Ciências da Educação da Universidade Autônoma de Assunção -PY cleudiana.l@gmail.com



com critérios específicos para o seu diagnóstico, os quais vem sofrendo mudanças nestes últimos anos.

Por tanto faz se necessário um trabalho em conjunto com uma equipe multidisciplinar para garantir um trabalho de qualidade junto com a criança com espectro autista.

Desse modo, está pesquisa terá um olhar voltado para a atuação do professor no contexto escolar com a criança com espectro autista. O objetivo geral da pesquisa é analisar o papel do professor frente à criança com TEA. Os objetivos específicos são conhecer as leis de inclusão, aprofundar os conhecimentos sobre o espectro autista e verificar como acontece a prática pedagógica do professor com relação ao processo de ensino e aprendizagem de um aluno com espectro autista.

Este estudo observou uma sala de aula do 1º ano do ensino fundamental de uma escola da rede particular da cidade de Tianguá-CE.

O interesse pelo tema surgiu a partir da minha vivência como professora de enriquecimento pedagógico de uma criança com espectro autista inserida no 1ª ano do ensino fundamental de uma instituição particular na cidade de Tianguá-CE, visto que as atividades disponibilizadas para a criança, não chamava a sua atenção, fazendo o ficar mais frustrado.

A abordagem escolhida para a investigação foi realizada com enfoque qualitativo, pois para Godoy (1995) “esta promove um estudo detalhado e interpretativo dos dados sob uma perspectiva descritiva, sistemática e complexa dos seus significados.”

As estratégias educativas adaptadas direcionadas para o desenvolvimento da aprendizagem de crianças com Transtorno do Espectro Autista-TEA requerem uma transformação que proporcione o avanço das inúmeras habilidades dos alunos com TEA. Assim, “o docente deverá pesquisar métodos e estar sempre se atualizando aos mais eficazes com o intuito de obter o êxito de seus alunos nas etapas da aprendizagem” (MELO, 2005).

METODOLOGIA



Na produção de um estudo de cunho científico é importante a aplicação de uma metodologia que favoreça uma caminhada segura para se chegar a uma resposta da problemática.

De acordo com Gil (2008, p.8) a metodologia é um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos”, e é a partir de uma metodologia que se desenvolve o delineamento da pesquisa na busca de novos conhecimentos.

O presente estudo teve como objetivo analisar o papel do professor frente à criança com TEA, em uma sala de 1º ano do ensino fundamental, para tanto foi empregado a pesquisa de natureza qualitativa, que Godoy (1995, p.58) assim descreve,

[...] considera o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave; possui caráter descritivo; o processo é o foco principal de abordagem e não o resultado ou o produto; a análise dos dados foi realizada de forma intuitiva e indutivamente pelo pesquisador; não requereu o uso de técnicas e métodos estatísticos; e, por fim, teve como preocupação maior a interpretação de fenômenos e a atribuição de resultados.

A pesquisa foi realizada a partir dos dados coletados através de questionários aplicados as participantes.

Foi também realizado um estudo de campo que para para Gil (2008, p.66), “[...] procura o aprofundamento de uma realidade específica”. Esse ato ocorreu no momento da aplicação do questionário à professora regente de classe e à auxiliar de sala pesquisada.

A pesquisa foi realizada em uma sala de 1º ano de uma escola particular em Tianguá-CE, nos dias 01 a 29 de fevereiro e teve como sujeito da pesquisa 1 (uma) Professora e 1 (uma) auxiliar.

A primeira visita na escola aconteceu para a entrega da Autorização Institucional e respectivamente para a direção e professora regente da instituição de ensino, para tornarem ciências da pesquisa e realizarem as assinaturas de autorização.

Como proposta metodológica a pesquisa foi aplicada um questionário contendo 4 perguntas abertas e duas fechadas, visando verificar como ocorre o processo de inclusão e adaptação de atividades.

CONCEITOS SOBRE INCLUSÃO



Os estudos sobre inclusão e práticas inclusivas são temas bastante debatidos em Universidades, eventos, Instituições escolares e sociais, buscando respostas e soluções para as barreiras que impedem o processo de acontecer.

De acordo com Kelman (2010, p. 57), o parecer CNE/CEB nº 7/2001 compreende como inclusão é a:

[...] garantia do acesso continuado ao espaço comum de vida em sociedade, em uma sociedade orientada por relações de receptividade à diversidade humana e às diferenças individuais, em um esforço de equidade de oportunidades desenvolvimentais, em todas as dimensões de vida.

Com base na fala de Kelman, a escola possui um papel fundamental no processo de inclusão, por ser um espaço de convivência e receptividade, à diversidade humana e a equidade de oportunidades.

No entanto qualquer criança com distúrbio/ transtornos de aprendizagem, sem exceção, ainda que não possuam um laudo médico sobre sua condição biológica, devem ter assegurado o direito de permanência na escola com ações pedagógicas educacionais voltadas para o desenvolvimento de suas potencialidades e de acordo com suas condições.

Assegurada pela **Lei nº 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** – instituída em 06 de julho de 2015, tem como objetivo garantir e promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para a pessoa com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania em condições de igualdade aos demais cidadãos. A lei declara o dever do Estado, da sociedade e da família em assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos, nas diversas esferas da vida, visando o seu bem-estar pessoal, social e econômico e, dessa forma, inclui o direito à educação, já estabelecido na Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Segundo Bernal (2000, p.23), ali “(...) estão assegurados o direito de todos os cidadãos brasileiros com necessidades especiais à educação”.

Em favor da inclusão de crianças com necessidades educativas especiais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no seu artigo 4.º, inciso III, definiu como dever do Estado a garantia de atendimento especializado gratuito aos educandos “com necessidades especiais, preferencialmente, na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996).



É direito das crianças com alguma necessidade especial de participar do ensino comum, isso é condição essencial para que elas possam vivenciar oportunidades de desenvolvimentos iguais das demais crianças.

A inclusão se dá por meio de processos significativos, para que essa criança faça parte desse meio a qual está inserida é necessário a adequação de práticas pedagógicas que vise a diversidade.

(...) o motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão (...). (MANTOAN, 2002, p. 1)

Por tanto o sucesso da inclusão escolar depende de políticas públicas eficientes, de um olhar diferenciado por parte dos professores, bem como de práticas educativas que contemple essas crianças.

MRECH (1999) é pontual ao definir a proposta da Educação Inclusiva: “é uma maneira nova da gente se ver, ver os outros e a Educação. De se aprender a conviver com as diferenças, as mudanças, com aquilo que está além das imagens. Uma maneira da gente apostar no outro”. (p.28).

A convivência entre crianças com necessidades especiais com as demais, acaba desenvolvendo habilidades socioemocionais fundamentais para a vida em sociedade.

De acordo com Barbosa,

Escolas são construídas para promover educação para todos, portanto todos os indivíduos têm o direito de participação como membro ativo da sociedade na qual estas escolas estão inseridas. Todas as crianças tem direito à uma educação de qualidade onde suas necessidades individuais possam ser atendidas e aonde elas possam desenvolver-se em um ambiente enriquecedor e estimulante do seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social. (BARBOSA, 2010, p.1)



O processo de inclusão traz benefícios para toda comunidade escolar. A introdução de novas metodologias, estimula a compreensão e aceitação das diferenças e favorece a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

CONHECENDO O DISTÚBIO DO ESPECTRO AUTISTA

No Brasil, o autismo, como é popularmente conhecido, é um dos transtornos que tem apresentado maior ocorrência no contexto escolar (Educação, 2019) e inclui várias síndromes que são identificadas por desordem do desenvolvimento neurológico, que se caracterizam pela dificuldade na comunicação, interação, interesses restritos, comportamentos estereotipados e repetitivos (APA, 2013).

Para o sucesso de uma prática pedagógica eficaz é necessário conhecer e entender as variações de comportamento da criança com espectro autista, o que lhe causa tranquilidade, agitação.

[...] Autismo não é uma doença única, mas sim um distúrbio de desenvolvimento complexo, definido de um ponto de vista comportamental, com causas múltiplas e graus variados de comportamento. A classificação usada até o início 2013 para o diagnóstico do autismo era baseada no DSM IV (Diagnostic and Statistical Manual off Mental Disorders IV) Classificação usada pela Academia Americana de Psiquiatria. No DSM IV, o autismo fazia parte dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID), caracterizado por prejuízo em três áreas do desenvolvimento: habilidades de interação social, Habilidade de comunicação e presença de comportamento estereotipados e/ou interesses restritos. As manifestações do transtorno variam imensamente dependendo do nível de desenvolvimento e idade cronológica do indivíduo, e tem início antes dos três anos de idade. (WEHMUTH E ANTONIUK, 2013, p.26),

Por tanto, o transtorno do Espectro Autista, não é considerado uma doença e sim um distúrbio que afeta três áreas: a comunicação; interação e interesses restritos.

Os estudos sobre o espectro autista, mostram que esse distúrbio surgiu no início do século XX.

[...] o termo Autismo foi usado pela primeira vez por Bleulerem 1911. Mediante a observação de pacientes com esquizofrenia,



Bleuler notou comportamentos diferentes em determinado grupo de pacientes, com isolamento social mais pronunciado e estereotípias e uma perda do contato com a realidade. (WEHMUTH & ANTONIUK, 2013, p. 25)

Observou-se que alguns pacientes com esquizofrenia, apresentavam-se comportamentos diferentes e assim o termo autismo, passou a ser designado para os pacientes que apresentavam mais isolamento social e gestos repetitivos. A partir do momento que os estudiosos passaram a olhar com mais precisão para as crianças que se enquadravam nos comportamentos mencionados anteriormente, o número de crianças autistas cresceu consideravelmente.

No contexto brasileiro, a Lei 12.764/12 institui a “Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista”, e em seu art. 1º, parágrafo 1º, incisos I e II, a qual considera a pessoa com o transtorno do espectro autista a que apresente as seguintes características:

I-deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;
II-padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

Este documento traz importante avanço na sua concepção ao reafirmar o direito universal do acesso à saúde dessas pessoas e ainda fazer articulações com Educação e a Assistência Social. Essa lei Federal de nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, levou o nome de Lei Berenice Piana, pelo esforço de uma mãe, do Rio de Janeiro, na luta dos direitos de seu filho autista, vindo a se tornar referência no país ao batalhar pela aprovação do projeto no Congresso Nacional.

A lei é bastante clara e mostra que a pessoa com espectro autista tem direito a participar de espaço social e educacional junto a sociedade, é garantido e assegurado por lei.



Segundo o Sistema Estadual de Legislação, a Lei 17.555 de 30 de abril de 2013, que instituiu diretrizes para uma política Estadual de proteção aos direitos da pessoa com autismo nos mesmos parâmetros da lei federal, o Paraná passou a contar com uma orientação para a implantação de políticas públicas.

A Lei 17.555 /13 em seu art. 1º, §1º prescreve:

Para efeitos desta Lei, será considerada pessoa com TEA aquela com prejuízo na comunicação e nas relações sociais, conforme critérios clínicos definidos na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde - CID e na Organização Mundial de Saúde - OMS.

Quanto ao art.3º a referida Lei supracitada prevê:

Quando da formulação e implantação das políticas públicas em favor das pessoas com TEA, deve o Estado estabelecer as seguintes diretrizes junto às Instituições de Ensino por ele mantidas:

I - Utilizar profissionais/docentes das Universidades, de forma a auxiliar o Estado na formação de profissionais aptos a diagnosticar o TEA precocemente, por meio de cursos, palestras e programas de incentivo profissional;

II - Implementar a criação de um cadastro das pessoas Autistas visando a produção de pesquisas que auxiliem as famílias;

III - promover a inclusão dos estudantes com TEA nas classes comuns de ensino regular. 15

Parágrafo único. O Estado incentivará a formação e a capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com TEA e, ainda, indicará junto às Universidades Estaduais a inserção no seu quadro de disciplina do estudo do Autismo em seus cursos de medicina e outros ligados à área de saúde.

De acordo com a Lei 17.555/13 em seus respectivos artigos citados acima, cabe ao Estado o incentivo da formação de profissionais aptos para um diagnóstico precoce do Transtorno do Espectro Autista, possibilitando a inclusão nas classes de ensino regular e garantindo o acesso ao processo de ensino aprendizagem dessas crianças e jovens.

ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS PARA AS CRIANÇAS COM TEA



A inclusão da criança com espectro autista é um grande desafio, pois nem sempre o professor consegue conduzir o processo de ensino aprendizagem dessas crianças, como também lhe dá conta das questões de ordem comportamental.

Para Keinert & Antoniuk,

[...] as alternativas educacionais: este tema levanta em primeira instância a questão da inclusão, pois ao pensar em alternativas educacionais nos deparamos com a instituição Escola, que é o meio de aprendizagem formal utilizado em nossa sociedade. Em relação ao sujeito com Espectro Autista, é necessário analisar qual meio poderá proporcionar maior qualidade de vida e melhores condições de aprendizagem, em função do grau de comprometimento nas diversas áreas. (KEINERT & ANTONIUK, 2012, p. 127).

Quando uma criança com espectro autista é inserida no contexto escolar devemos ter em mente qual habilidade queremos desenvolver nessa criança. No primeiro momento devemos priorizar a inclusão e posteriormente verificar quais metodologias e estratégias são mais eficientes para lhe oportunizar o sucesso no seu aprender.

[...] o desempenho escolar das crianças com espectro autista depende muito do nível de acometimento do transtorno. As crianças com um nível mais grave de autismo podem apresentar atraso mental e permanecer dependentes de ajuda. As crianças com autismo leve ou somente com traços artísticos, na maioria das vezes, acompanham muito bem as aulas e os conteúdos didáticos pedagógicos. (SILVA, GAIATO E REVELES, 2012, p.109)

No entanto, a evolução escolar da criança vai depender especificamente do nível do transtorno que este apresenta e das intervenções que serão propostas para a criança.

De acordo com Keinert & Antoniuk (2012), há crianças com espectro autista que apresentam facilidades em determinadas áreas de conhecimento e outras apontam sérias dificuldades.

Cabe ao professor ter ciência dessas dificuldades e das facilidades no aprender do seu aluno e propor atividades diversificadas e adaptadas que contemplem as suas reais necessidades.

Para Silva, Gaiato e Reveles (2012, p.114):



[...] o professor interessado pode fazer muito pelas crianças com autismo, mesmo que não seja especialista nessa área. Com amor, dedicação e paciência poderá ganhar a confiança eterna de uma criança. O primeiro passo é o conhecimento. Informações específicas sobre o funcionamento artístico são ferramentas essenciais para orientar o professor no trato com esse aluno e, sobretudo, auxiliá-lo em seu desenvolvimento.

Assim, o professor precisa ter conhecimentos sobre o transtorno do espectro autista, mas o envolvimento afetivo, tem um papel importante no processo de ensino aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mediante os resultados as professoras relatam que se sentem inseguras para lecionar em salas de aulas com crianças que necessitam de atendimento diferenciado, sabem que essas crianças precisam de um olhar atencioso, porém não conseguem trabalhar de forma significativa com essas crianças, pois não conseguem administrar a dinâmica da sala de aula e atender a todas as crianças de acordo com as suas necessidades.

Foi observado que os professores sabem que precisam adaptar as atividades, mas na prática isso não acontece, pois eles se sentem sobrecarregados com tantas atividades extras que eles levam para as suas casas.

De acordo com os participantes da pesquisa está muito longe de se alcançar a verdadeira inclusão de fato, pois, eles não conhecem as metodologias específicas, a escola não busca investir em formação continuada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estratégias educativas adaptadas para o processo de ensino-aprendizagem de crianças com Transtorno do Espectro Autista-TEA, requerem uma transformação por parte da comunidade escolar, para assim proporcionar o avanço das habilidades dos alunos com TEA. Essas atividades precisam ser desenvolvidas visando romper as dificuldades dessas crianças.

O sucesso da inclusão da criança com TEA vai depender de um ambiente estruturado e adaptado às suas necessidades e de uma abordagem de ensino que facilite



seu aprendizado com adaptação curricular. E isso só ocorre quando todos aqueles inseridos na escola assumem que as dificuldades apresentadas pelos alunos são responsabilidade da coletividade.

Ao oferecer o mesmo conteúdo pedagógico para todas as crianças, porém adaptado às suas necessidades, o professor demonstra para a criança com TEA que ela é capaz de participar ativamente de seu papel social no mundo, o que favorece sua inclusão, sua aprendizagem e sua identidade como ser humano.

Entretanto, precisamos superar a percepção ingênua de que o acesso à escola comum é suficiente para uma escola inclusiva de qualidade. Só o acesso não garante a participação efetiva nos processos de aprendizagem e socialização.

Por meio da pesquisa confirmou-se a importância do papel do professor e sua formação, frente ao processo de inclusão da pessoa com espectro autista, comprovado a partir das respostas e da postura da professora e da auxiliar como também do estudo dos diferentes autores que tratam o tema.

Em uma escola inclusiva, o aluno é o foco central de toda ação educacional, percebe-se que na instituição observada a inclusão não acontece por inúmeros fatores: professores despreparados, descaso por partes da instituição educativa, salas numerosas entre outros

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. APA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. DSM-5. Porto Alegre: Artmed, 2013.

BARBOSA, Heloiza. **Por que Inclusão?** Disponível em:
<http://www.defnet.org.br/heloiza.htm>. Acesso em: 30 jun. 2010.

BERNAL, Cintia de Menezes F. **Posso entrar? Um estudo sobre a inclusão de alunos com deficiências físicas em instituições de ensino regular na cidade de Sorocaba**. 2000. 140 p. Dissertação de (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE,



p. 39-40. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>.
Acesso em: 06 fev. 2020.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

_____. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 09 abr. 2017

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

CORNEL, A. E. M. V. **Impacto do diagnóstico.** IN: OMARI, C.; VALIAT, M. R. M. S; GUSSO, M.R; CARVALHO, M. M. L; WEHMUTH, M. et al. ANTONIUK. **Autismo perspectiva no dia a dia.** Curitiba: Ítala, 2013.

GAIATO, M. B.; REVELES, L. T.; SILVA, A.B. B. **Mundo singular- Entenda o Autismo.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social.** São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

KEINERT, M. H. J. M.; ANTONIUK, S. A. **Espectro autista.** Curitiba. Íthala, 2012.

KELMAN, C. A. **Desenvolvimento Humano, educação e inclusão escolar.** Brasília: Editora UnB, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Caminhos pedagógicos da Inclusão.** 2002.

Disponível em : <https://pt.scribd.com/document/178693547/CAMINHOS-PEDAGOGICOS-DA-INCLUSAO/>. Acesso em: 29 abr. 2020.

MELLO, A. M. S. R. **Autismo guia prático.** São Paulo: AMA; Brasília: Corte, 2005.

MRECH, L. M. **Psicanálise e Educação: novos operadores de leitura.** São Paulo: Pioneira, 1999.

SURIAN, L.; **Autismo–Informações essenciais para familiares, educadores e profissionais da saúde.** São Paulo: Paulinas, 2010.